

TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E EM SEUS ESTADOS

Autores:

Joaquim J.M. Guilhoto: Departamento de economia, FEA/USP; REAL, University of Illinois; CNPq
(e-mail: guilhoto@usp.br)

Silvio M. Ichihara: Doutorando em Economia Aplicada - ESALQ/USP
(e-mail: smasichi@esalq.usp.br)

Fernando Gaiger Silveira: Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada - IPEA
(e-mail: gaiger@ipea.gov.br)

Bernardo P. Campolina Diniz: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), USP
(e-mail: bpcdiniz@usp.br)

Carlos R. Azzoni: Departamento de economia, FEA/USP; REAL, University of Illinois; CNPq
(e-mail: cazzoni@usp.br)

Guilherme R.C. Moreira: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), USP
(e-mail: grcmoreira@uol.com.br)

Resumo

O objetivo deste artigo é estimar a importância do agronegócio familiar no Brasil e em seus estados. Para isso, o método utilizado baseia-se na mensuração do Produto Interno Bruto (PIB), considerando um sistema de insumo-produto inter-regional estimado para as 27 Unidades da Federação. A denominação do agronegócio é determinada, não apenas pela produção do setor agropecuário, mas também de todas as relações com os outros setores da economia (setores que produzem insumos e indústria, comércio e distribuição que dependem da produção agropecuária). A importância do agronegócio é evidenciada pela sua participação em 10% do total do PIB nacional, mas a variação regional oscila entre 5 a 27%, nos estados. Basicamente, estas diferenças advêm de características regionais intrínsecas, como o desempenho da pequena e larga escala de produção, dependendo do tipo de atividade ou produto, e da distribuição territorial.

Abstract

The aim of this paper is estimate how important is agriculture and familiar agriculture agribusiness for Brazil and its states. To do so, the GDP for the agribusiness of these complexes is estimated for Brazil and for its 27 states. The estimation is based on an interregional input-output system constructed for the Brazilian economy. The agribusiness takes into consideration the relations between the agriculture production and the other sectors in the economy (inputs for production, industry, transportation, distribution, and commercialization). The importance of the familiar agribusiness can be evidence for it's share of about 10% in the total Brazilian GDP, but regional differences will make this average oscillates between 4% and 27% in the Brazilian states. Another distinction will be made between small familiar production and large scale production that will vary according to the product and the state. Some relation between land distribution and the type of agriculture will also be made.

Keywords: familiar agribusiness, input-output models, interregional, gross domestic product.

Palavras chave: agronegócio familiar, modelos de insumo-produto, inter-regional, produto interno bruto.

Área ANPEC: Área 10 - Economia Agrícola e do Meio Ambiente

JEL: C67; Q13; R15

Título: A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados

1 INTRODUÇÃO

O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país. Para justificar esta afirmação o este artigo apresenta os principais resultados da pesquisa realizada pela parceria NEAD-FIPE¹ intitulada como: “A importância do agronegócio familiar no Brasil”.

O trabalho mensurou a importância do setor familiar, através da quantificação do Produto Interno Bruto (PIB), não apenas de sua produção agropecuária, mas de todo o complexo de indústrias, comércio e serviços existentes a montante e a jusante das pequenas propriedades e posses familiares – o que se denominou agronegócio familiar. Este termo foi utilizado porque a importância de uma atividade não se concentra apenas nela, mas também no que depende dela. Exemplificando, é como se uma atividade simplesmente deixasse de existir, além da ausência de sua produção, todos os setores que alimentam e são alimentadas por ela seriam prejudicados, dada à interdependência existente entre as relações dos setores na economia.

Deste modo, a expressividade da atividade familiar quantificada pelo PIB do agronegócio familiar se torna mais ampla e define melhor como a produção dos pequenos produtores realmente interfere na economia. As estimativas do PIB relativo ao agronegócio familiar e patronal (denominação da produção que não é de origem familiar) foram calculadas utilizando-se dados provenientes de fontes estatísticas oficiais e métodos de análise econômica fundamentados na teoria de insumo-produto.

O item a seguir apresenta a metodologia desenvolvida para estimar o agronegócio familiar. Posteriormente, os resultados são apresentados para a toda a economia brasileira, enfocando a importância do agronegócio familiar dentro do contexto regional das 5 macrorregiões brasileiras e de suas respectivas Unidades da Federativas.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, foram utilizadas bases de dados secundárias e métodos de análise fundamentados nos modelos de insumo-produto. Desta forma, apresenta-se, primeiramente, o método empregado na obtenção das estimativas do valor bruto da produção (VPB) no que diz respeito às propriedades familiares, dentro do horizonte temporal da análise. Em seguida, são descritos a construção da matriz de insumo-produto inter-regional e o modelo usado para mensurar o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio familiar nos estados brasileiros.

2.1 Estimativa da produção familiar – agricultura e pecuária

A determinação da parcela do PIB do Agronegócio que está vinculada às cadeias produtivas articuladas pela agropecuária familiar depende, primeiramente, do VBP que é gerado pelas unidades de produção familiar.

Por meio da pesquisa realizada pelo convênio FAO/INCRA² é possível mensurar o VBP dos produtos oriundos da atividade familiar, entretanto, isso é possível apenas para o ano de 1996.

¹ NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - Ministério do Desenvolvimento Agrário; FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

² A pesquisa “Novo Retrato da Agricultura Familiar”, realizada via convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e

Ao mesmo tempo, pesquisas realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) retratam os sistemas produtivos da agricultura e pecuária dos últimos anos. Embora alguns destes levantamentos possam ser desagregados para vários produtos até o nível municipal, não é possível estratificar os dados a fim de que se defina se a produção é ou não de origem familiar.

A fim de se estimar a produção familiar dos últimos anos, este trabalho associa os dados disponíveis da pesquisa FAO/INCRA aos recorrentes levantamentos feitos pelo IBGE. Para isso, foi calculada a participação das atividades desenvolvidas pelas propriedades consideradas familiares³ por tipo de produto e em cada município brasileiro.

A participação da produção familiar municipal de cada tipo de atividade rural⁴ foi condicionada ao crescimento da produção dos últimos anos determinado através das pesquisas do IBGE⁵.

Desse modo, o critério utilizado para estimar o VBP de origem familiar, dos anos seguintes ao ano de 1996, considera constante a participação familiar no nível municipal, mas não no estadual. Isto, porque a evolução da produção de uma atividade predominantemente familiar, em um município, pode ter sido maior ou menor do que a evolução da mesma atividade em outro município com acentuada característica patronal.

Obviamente, este critério está sujeito a falhas. Estas estimativas serão errôneas se mudanças tecnológicas, legislativas, infra-estruturais e/ou de ordem econômica tiverem beneficiado mais a produção familiar ou a patronal, modificando a participação de cada um dentro de sua respectiva região.

Entretanto, considerando a delimitação geográfica municipal, acredita-se que na grande maioria das regiões as peculiaridades locais, que possibilitaram o êxito da produção familiar ou patronal, não sofreram grandes alterações nos últimos anos.

Em muitos locais, o desenvolvimento da agricultura familiar fez-se sob a forma de processos tais como: forma de colonização, valorização da terra e diferença de rentabilidade da pequena e larga escala, tendo-se em vista as especificidades de cada produto. Diante destas características, é provável que ao longo da última década as regiões que eram familiares continuem sendo predominantemente familiares. Infelizmente, tal conjectura só poderá ser ou não comprovada por meio da realização de outra pesquisa agropecuária censitária, como a de 1995/96, que abranja a totalidade do Brasil. Assim, neste trabalho optou-se pelo uso do critério supramencionado, a fim de estimar o VBP familiar e, posteriormente, o Produto Interno Bruto relacionado com o complexo do agronegócio familiar.

2.2 Estimativa do PIB do agronegócio familiar

Da própria tabulação das estimativas do VBP obtêm-se os resultados que possibilitam entender a influência familiar sobre a economia agropecuária nacional. Entretanto, apenas com o uso de uma análise descritiva não é possível avaliar a importância da agropecuária familiar em relação ao Produto Interno Bruto nacional. Vale ressaltar que este trabalho visa dimensionar não apenas a contribuição dada pelo setor produtivo da agropecuária familiar, mas também de todo o complexo econômico vinculado a esse setor. Isto inclui tanto o cômputo da produção do setor familiar como a demanda por insumos, a indústria de transformação da produção em bens manufaturados e o quanto é gerado nas etapas de comercialização e distribuição de produtos e insumos, sempre em relação aos estabelecimentos familiares. Neste trabalho, todo esse conjunto de atividades é denominado agronegócio familiar.

Alimentação (FAO), caracterizou o segmento da agricultura familiar brasileira a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96. (INCRA, 2000).

³ Nesta pesquisa, as propriedades consideradas familiares e patronais atendem aos mesmos critérios estabelecidos em INCRA (2000).

⁴ Os produtos considerados neste trabalho correspondem àqueles avaliados na pesquisa do FAO/INCRA, a saber: 22 cultivos agrícolas, 4 produções animais e 3 conjuntos de atividades (extrativismo vegetal, silvicultura e produção de hortaliças), universo este que responde por 94,3% e 92,5% do VBP nacional total e familiar, respectivamente.

⁵ Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral de Abate e da Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura (IBGE, 1997-2004).

Diferencia-se, portanto, a importância do setor da agropecuária familiar do contexto maior que está associado à magnitude do agronegócio familiar. Para dimensionar quantitativamente tal aspecto, optou-se por estimar o valor da produção de bens e serviços do agronegócio familiar, ocorrido dentro do país, ou seja, optou-se pelo cálculo do PIB do agronegócio familiar.

Os modelos de insumo-produto permitem mensurar o PIB total de uma economia ou de suas partes. Os fundamentos destes modelos e a própria teoria, inicialmente proposta por Leontief (1986) e aperfeiçoada com o decorrer dos anos por outros autores, são adequados para atingir os objetivos deste trabalho.

As matrizes insumo-produto são elementos essenciais para o desenvolvimento dos modelos derivados da teoria de Leontief, pois revelam o encadeamento lógico e quantitativo existente entre os setores produtivos. Embora estes setores sejam agregados em grandes grupamentos, os dados da pesquisa FAO/INCRA permitem a desagregação do setor agropecuário, existente nas matrizes estimadas para o Brasil, de forma a enfatizar a dicotomia entre o agronegócio familiar e o patronal.

Para o âmbito nacional brasileiro, a matriz insumo-produto mais recente publicada pelo IBGE data de 1996 (IBGE, 1996). Por isso, para fins deste trabalho, foram estimadas as matrizes para os anos faltantes (1995 a 2005), de acordo com os métodos desenvolvidos por Guilhoto e Sesso Filho (2005) e dados do Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 1996-2005).

Entretanto, o mesmo método não pode ser empregado para estimar a matriz inter-regional brasileira, porque não há publicações semelhantes aos sistemas de contas nacionais para o âmbito das administrações públicas regionais - estados e municípios - nem ao menos, os dados dos fluxos de bens e serviços entre as regiões e seus setores estão disponíveis.

Com as informações de várias fontes, sobre a produção e demanda setorial das Unidades da Federação, é possível estimar a matriz inter-regional para todos os estados brasileiros, aplicando técnicas conjuntas e respeitando algumas pressuposições. Estas técnicas envolvem, principalmente, o quociente locacional, o quociente locacional interindustrial, a técnica RAS de balanceamento além de métodos de validação.

A matriz inter-regional brasileira gerada para fins deste estudo é composta pelas 27 Unidades da Federação (26 estados e o Distrito Federal) e 42 setores produtivos, sendo o modelo de insumo-produto utilizado para estimar o valor do PIB do agronegócio é descrito nos próximos parágrafos.

A metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio familiar e patronal baseia-se na mesma técnica empregada no cálculo do agronegócio geral (Furtuoso e Guilhoto, 2003). Sendo que o modelo fundamenta-se na intensidade da interligação para trás e para frente da agropecuária propriamente dita.

Analogamente à estimativa do PIB do agronegócio total, o PIB do agronegócio familiar resulta da soma de quatro agregados principais: insumos, agropecuária, indústria e distribuição. O método envolve a idéia de se considerar, além da agropecuária propriamente dita, as atividades que alimentam e são alimentadas pela produção rural, considerando a interdependência existente entre as atividades de produção.

No cálculo do PIB do Agregado I (insumos para a agricultura e pecuária familiares) são utilizadas as informações referentes aos valores dos insumos adquiridos pela agricultura e pecuária e que estão disponíveis nas tabelas de insumo-produto.

Antes de se calcular o valor do PIB do Agregado I, é necessário determinar os coeficientes de valor adicionado por setor. Depois de obtidos os coeficientes, calcula-se o PIB do Agregado I para os complexos da agricultura familiar e pecuária familiar.

$$VA_i^{PM} = VA_i^{PB} + IIL_i - DuF_i \quad \text{Eq.(1)}$$

$$CVA_i = \frac{VA_i^{PM}}{X_i} \quad \text{Eq.(2)}$$

Sendo:

X_i = produção do setor i

VA_i^{PM} = valor adicionado a preços de mercado do setor i

VA_i^{PB} = valor adicionado a preços básicos do setor i

IIL_i = impostos indiretos líquidos do setor i

DuF_i = dummy financeira do setor i

$$PIB_k^I = \sum_{i=1}^n z_{ik} \cdot CVA_i \quad \text{Eq.(3)}$$

Sendo:

i = 1, 2, ..., 43 setores restantes

z_{ik} = valor total do insumo do setor i para a agricultura ou pecuária familiar

PIB_k^I = PIB do agregado I para a agricultura familiar (k = 1) e pecuária familiar (k = 2)

CVA_i = coeficiente de valor adicionado do setor i

Para o Agregado II (especificamente, o setor da agricultura e pecuária familiares), consideram-se no cálculo os valores adicionados gerados pelos respectivos setores e subtraem-se dos valores adicionados destes setores os valores que foram utilizados como insumos.

$$PIB_k^{II} = VA_k^{PM} - \sum_{i=1}^n z_{ik} \cdot CVA_i \quad \text{Eq.(4)}$$

Sendo:

PIB_k^{II} = PIB do agregado II para agricultura familiar (k = 1) e pecuária familiar (k = 2) e as outras variáveis são como definidas anteriormente

Para definir a composição do Agregado III – as indústrias de base agrícola – foram adotados vários indicadores, tais como: a) os principais setores demandantes de produtos agrícolas, obtidos por meio da estimação da matriz de insumo-produto; b) as participações dos insumos agrícolas no consumo intermediário dos setores agroindustriais; e c) as atividades econômicas que efetuam a primeira, segunda e terceira transformações das matérias-primas agrícolas. A estimação do Agregado III corresponde ao somatório dos valores adicionados pelos setores agroindustriais subtraídos dos valores adicionados destes setores que foram utilizados como insumos do Agregado II.

$$PIB_k^{III} = \sum_{q=1}^m (VA_q^{PM} - z_{qk} \cdot CVA_q) \quad \text{Eq.(5)}$$

Sendo:

q = corresponde aos m setores que compõem o conjunto de indústrias de base agrícola

PIB_k^{III} = PIB do agregado III para agricultura familiar (k = 1) e pecuária familiar (k = 2) e as outras variáveis são como definidas anteriormente

No caso do Agregado IV, referente à distribuição final, considera-se para fins de cálculo o valor agregado dos setores relativos ao Transporte, Comércio e segmentos de Serviços. Do valor total obtido, destina-se ao agronegócio familiar apenas a parcela que corresponde à participação dos produtos agropecuários e agroindustriais na demanda final de produtos. A sistemática adotada no cálculo do valor da distribuição final do agronegócio industrial pode ser representada por:

$$DFD = DFG - ILL_{DF} - PL_{DF} \quad \text{Eq.(6)}$$

$$MC = VAT_{PM} + VAC_{PM} + VAS_{PM} \quad \text{Eq.(7)}$$

$$PIB_k^{IV} = MC \cdot \frac{DF_k + \sum_{q=1}^m DF_q}{DFD} \quad \text{Eq.(8)}$$

Sendo:

DFG = demanda final global

ILL_{DF} = impostos indiretos líquidos pagos pela demanda final

PL_{DF} = produtos importados pela demanda final

DFD = demanda final doméstica

VAT_{PM} = valor adicionado do setor transporte a preços de mercado

VAC_{PM} = valor adicionado do setor comércio a preços de mercado

VAS_{PM} = valor adicionado do setor serviços a preços de mercado
 MC = margem de comercialização
 DF_K = demanda final da agricultura ($k = 1$) e pecuária ($k = 2$) familiares
 DF_q = demanda final dos setores agroindustriais
 PIB_k^{IV} = PIB do agregado IV para agricultura familiar ($k = 1$) e pecuária familiar ($k = 2$) e as outras variáveis são como definidas anteriormente

O PIB total dos dois complexos que compõem o agronegócio familiar é dado pela soma dos seus agregados, ou seja:

$$PIB_k^{AgrFamiliar} = PIB_k^I + PIB_k^{II} + PIB_k^{III} + PIB_k^{IV} \quad \text{Eq.(9)}$$

Sendo:

$$k = 1,2$$

E o PIB agronegócio familiar total é dado por:

$$PIB^{AgrFamiliar} = PIB_1^{AgrFamiliar} + PIB_2^{AgrFamiliar} \quad \text{Eq.(10)}$$

Vale destacar que o problema de dupla contagem, comumente apresentado em estimativas do PIB do Agronegócio, foi eliminado, pois são considerados os valores dos insumos e não o valor adicionado efetivamente gerado na produção destes.

Os cálculos dos quatro agregados que compõem o PIB do agronegócio familiar respeitam este aspecto dentro de suas equações. Sendo que o esquema expresso pela Figura 1 resume toda a aplicação da metodologia descrita para cálculo do PIB do agronegócio familiar que é reproduzido para todas as Unidades da Federação.

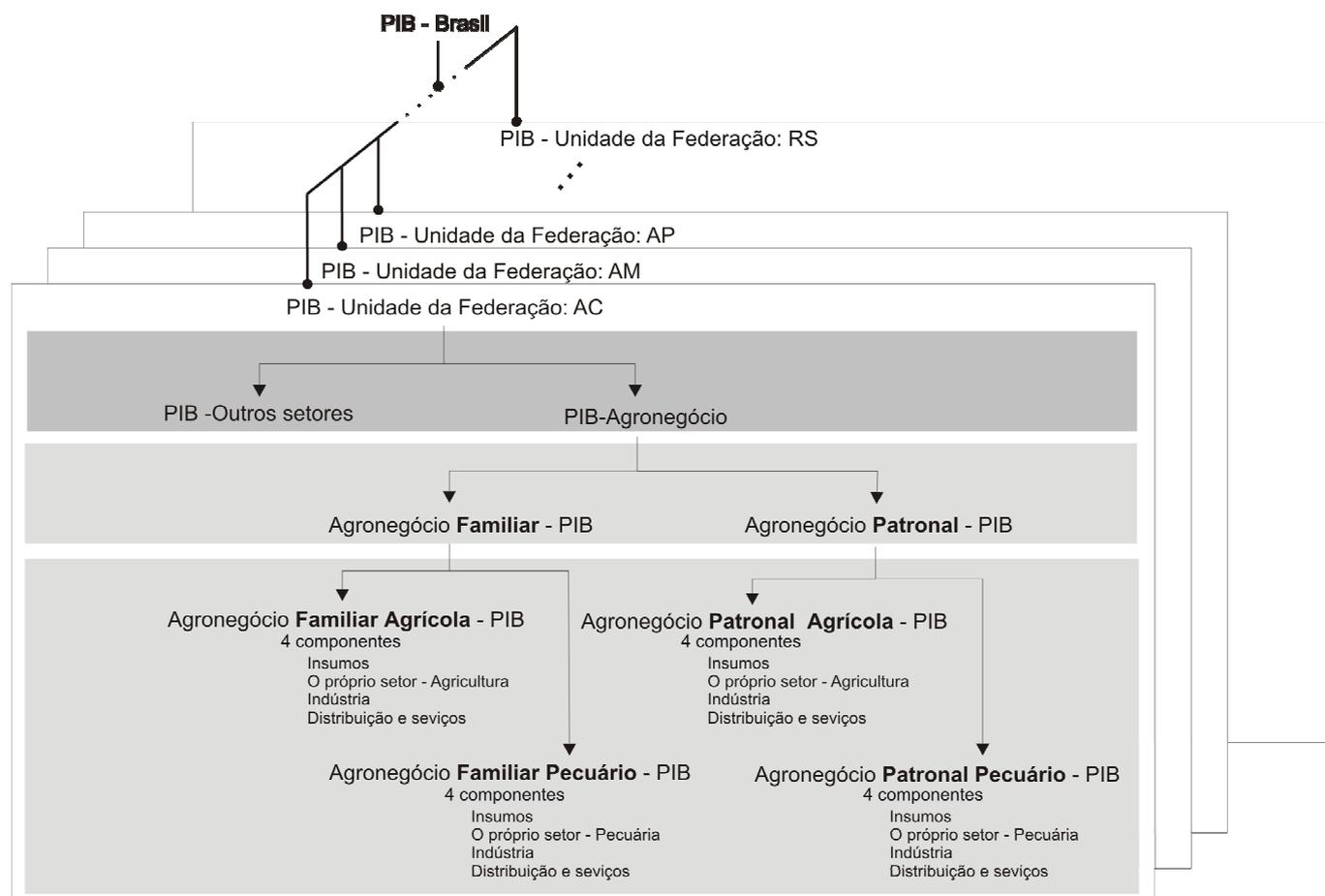


Figura 1: Esquemática do cálculo do PIB do agronegócio familiar para todas as UFs

3 RESULTADOS

Esta seção inicia descrevendo o panorama geral da evolução da importância do agronegócio em todo o Brasil e, posteriormente, a análise é detalhada para as 5 macrorregiões brasileiras e seus estados.

3.1 O agronegócio familiar no Brasil

Os resultados mostram que o segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por expressiva parcela da produção agropecuária e do produto gerado pelo agronegócio brasileiro, devido ao seu inter-relacionamento com importantes segmentos da economia.

Ao longo do período de análise, entre 1995 a 2005, o segmento familiar do agronegócio brasileiro respondeu por cerca de 10% do PIB brasileiro, parcela bastante expressiva, considerando que a participação do agronegócio situa-se ao redor de 30% do PIB da economia brasileira. Enquanto o PIB do Brasil teve um crescimento acumulado de quase 24% atingindo ao redor de 1,9 trilhões de reais, em 2005, porém a evolução do agronegócio familiar foi inferior, com um aumento de pouco mais de 15% (Gráfico 1).

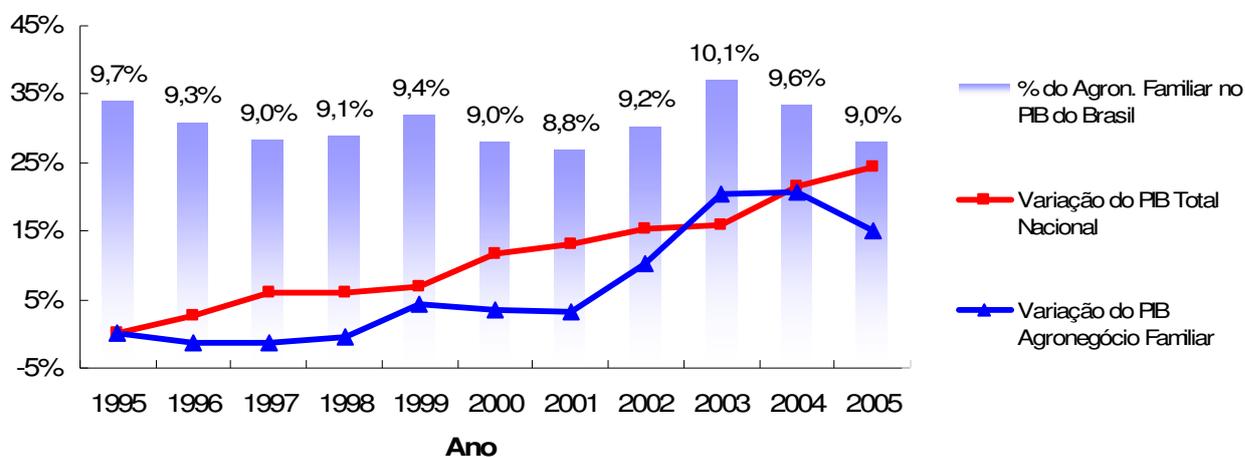


Gráfico 1. Evolução do PIB do Brasil e do agronegócio familiar, com sua respectiva participação total nacional, entre 1995 a 2005.

Fonte: Dados da pesquisa

Entre 2001 a 2003, a ascensão do agronegócio familiar superou a média nacional, mas seu crescimento desacelerou em 2004, sendo que em 2005, observou-se um refluxo da produção, não apenas do setor familiar, mas de todo o complexo agropecuário em razão da apreciação do câmbio, dos problemas climáticos em importantes regiões produtoras e dos problemas sanitários ocorridos na pecuária, quadro que se repetiu, em parte, no ano passado.

Em 2005, a participação do agronegócio familiar no PIB nacional foi de 9% e o percentual relativo a todo o agronegócio, ou seja, somando a parcela patronal foi de 28%. Para entender o que compõe estes percentuais é necessário avaliar que junto ao setor rural (plantações e criações) são considerados outros três grupamentos: os insumos (atividades que alimentam o setor rural), a indústria (que é alimentada pela produção rural) e o sistema de distribuição (comercialização, transporte e serviços de produtos ligados à cadeia produtiva).

Considerando a Figura 2, a participação do setor agropecuário familiar em si (setor agrícola: 18% e pecuário: 15%) para a formação do agronegócio familiar é maior do que no sistema patronal (setor agrícola 16% e pecuário 9%). Isto, proporcionalmente, determina que o valor adicionado fixado pelas plantações e criações animais é maior no sistema familiar do que no patronal, o que indica, grosso modo, que os produtos de caráter familiar têm menor articulação com o setor industrial.

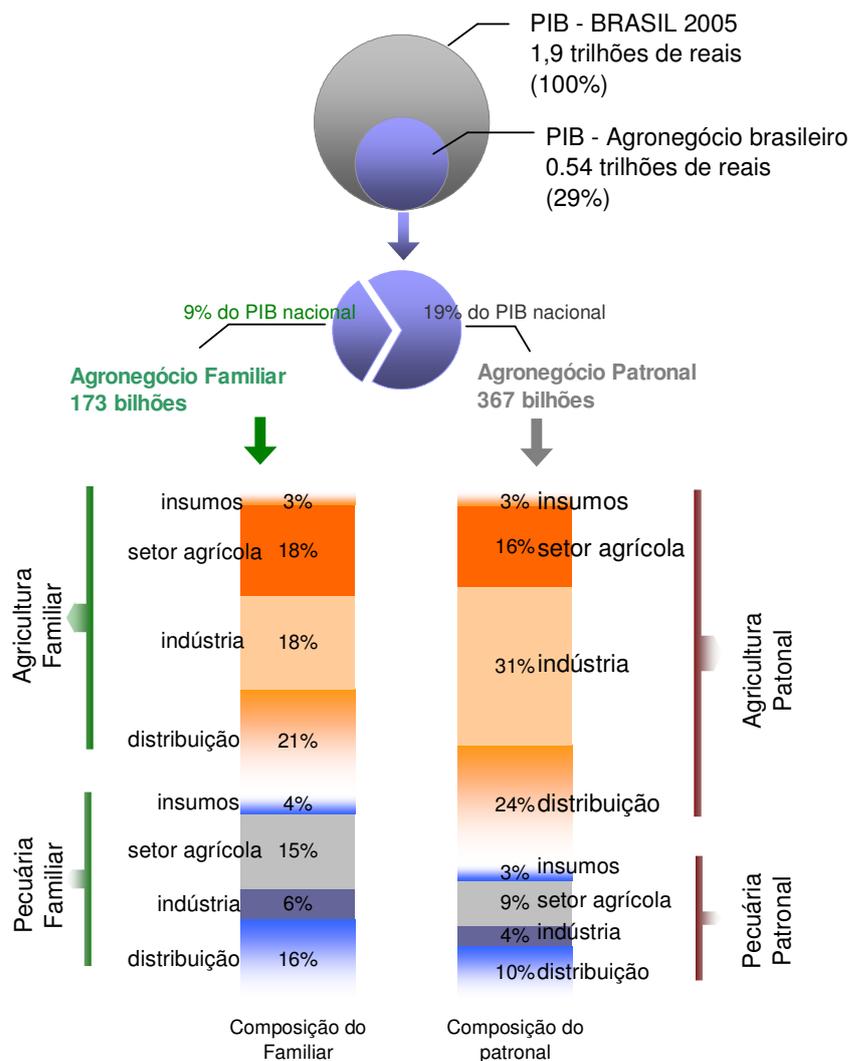


Figura 2. Composição e participação do agronegócio familiar e patronal, em 2005.

Fonte: Dados da pesquisa

Produtos como frutas e hortaliças são importantes para a agricultura familiar e exigem menor grau de processamento até chegar ao consumo final, ao mesmo tempo produtos como a soja, cana de açúcar e algodão constituem a matéria-prima de produtos totalmente industrializados. Por isso, no agronegócio patronal, grande parte do PIB é atribuída à indústria de processamento (35%), enquanto que no familiar a participação é de 24%. No sistema familiar, a própria produção do campo e a distribuição de seus produtos exercem maior participação.

Comparando a agricultura com a pecuária, vale destacar que nos dois tipos de agronegócio (familiar e patronal) o PIB associado à agricultura é maior, mas no caso do familiar, o setor pecuário é mais participativo, devido à forte presença da avicultura, suinocultura e bovinocultura leiteira.

As características inerentes a cada sistema produtivo em cada região do país definem a especialização da produção. Alguns tipos de plantações e criações dependem de técnicas melhor adaptadas ao perfil familiar, como os produtos que demandam por maior quantidade de mão-de-obra, enquanto que outros são desenvolvidos com mais vantagens em grandes propriedades, por exemplo, quando o uso da mecanização é mais vantajoso. Além disso, as regiões do Brasil diferem em características físicas (clima, relevo, tipo de solo) e sociais (época e forma de colonização) que implicam na heterogeneidade da distribuição de terras e organização social.

Em termos do PIB relacionado a cada cultivo e criação, alguns produtos são estritamente ligados ao sistema familiar. No Gráfico 2, avalia-se que a produção nacional de fumo, mandioca e feijão dependem

basicamente das propriedades familiares. Da mesma forma as criações animais, excetuando-se a bovinocultura de corte, dependem em muito das propriedades consideradas familiares.

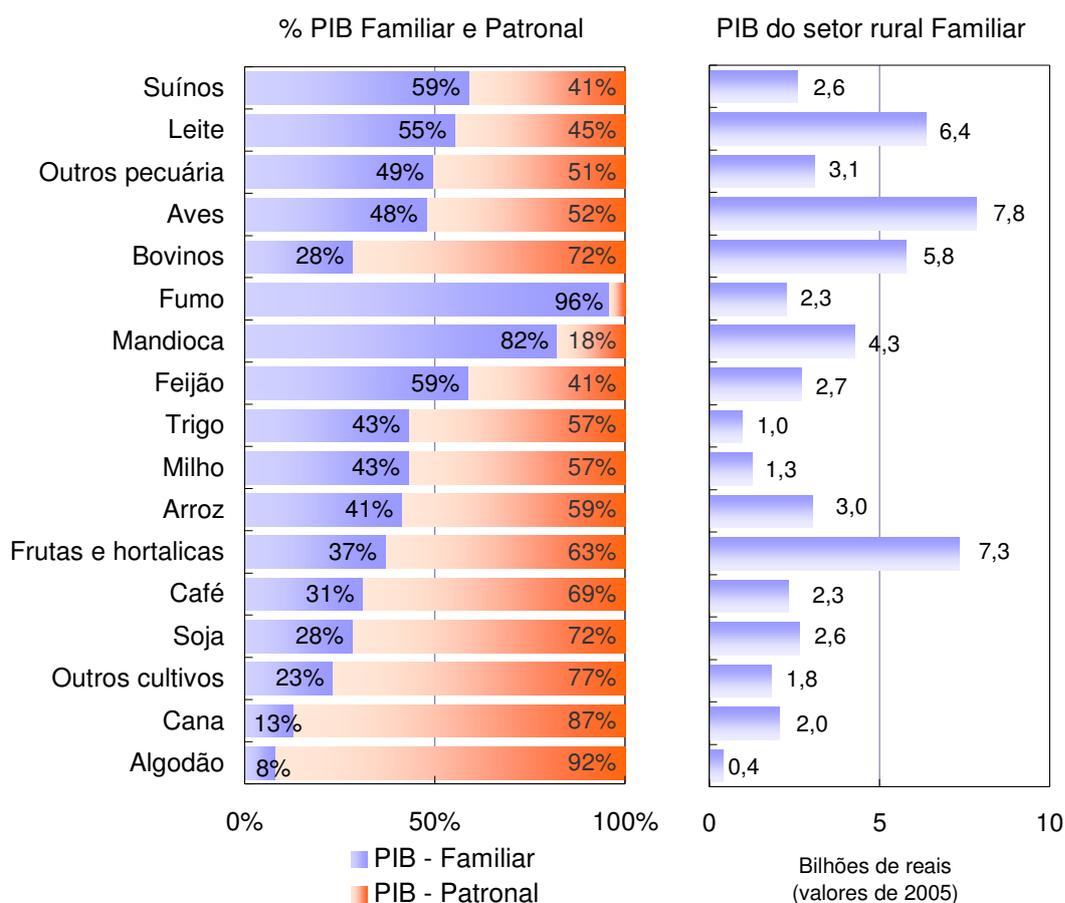


Gráfico 2. Participação do PIB familiar no total e o seu respectivo valor, considerando cada tipo de produção, em 2005.

Fonte: Dados da pesquisa

Consequentemente, o PIB das cadeias industriais da avicultura, suinocultura, dos lácteos, do fumo e do processamento de alguns produtos vegetais tornam-se ligados ao agronegócio familiar. No caso da indústria do segmento patronal, sobressaem-se: a produção de madeira e celulose, a agroindústria sucroalcooleira, a cadeia têxtil, a bovinocultura para o abate e produção de couro, a indústria de óleos vegetais e o beneficiamento de café.

3.2 O agronegócio total, patronal e familiar nos estados

Em termos da localização, a parcela familiar tem características regionais bem demarcadas. Nas regiões do Norte, Sul e Nordeste o agronegócio familiar tem expressiva colaboração no PIB do agronegócio. Por outro lado, no Centro-Oeste e Sudeste, sua participação é bem inferior.

A Figura 3 apresenta a participação de cada um dos segmentos produtivos (patronal e familiar) segundo as grandes regiões, bem com o PIB total do agronegócio, o PIB do agronegócio patronal e o PIB do agronegócio familiar para cada um dos estados, em relação ao ano de 2004⁶.

⁶ Embora os dados apresentados na Figura 2 e Gráfico 2 sejam relativos ao ano de 2005, este item (3.2) apresenta os resultados relativos ao ano de 2004, pois até o momento da realização destas estimativas as fontes oficiais não haviam publicado as estatísticas sobre o PIB estadual e outras informações regionais necessárias distribuir o PIB do agronegócio entre as Unidades da Federação.

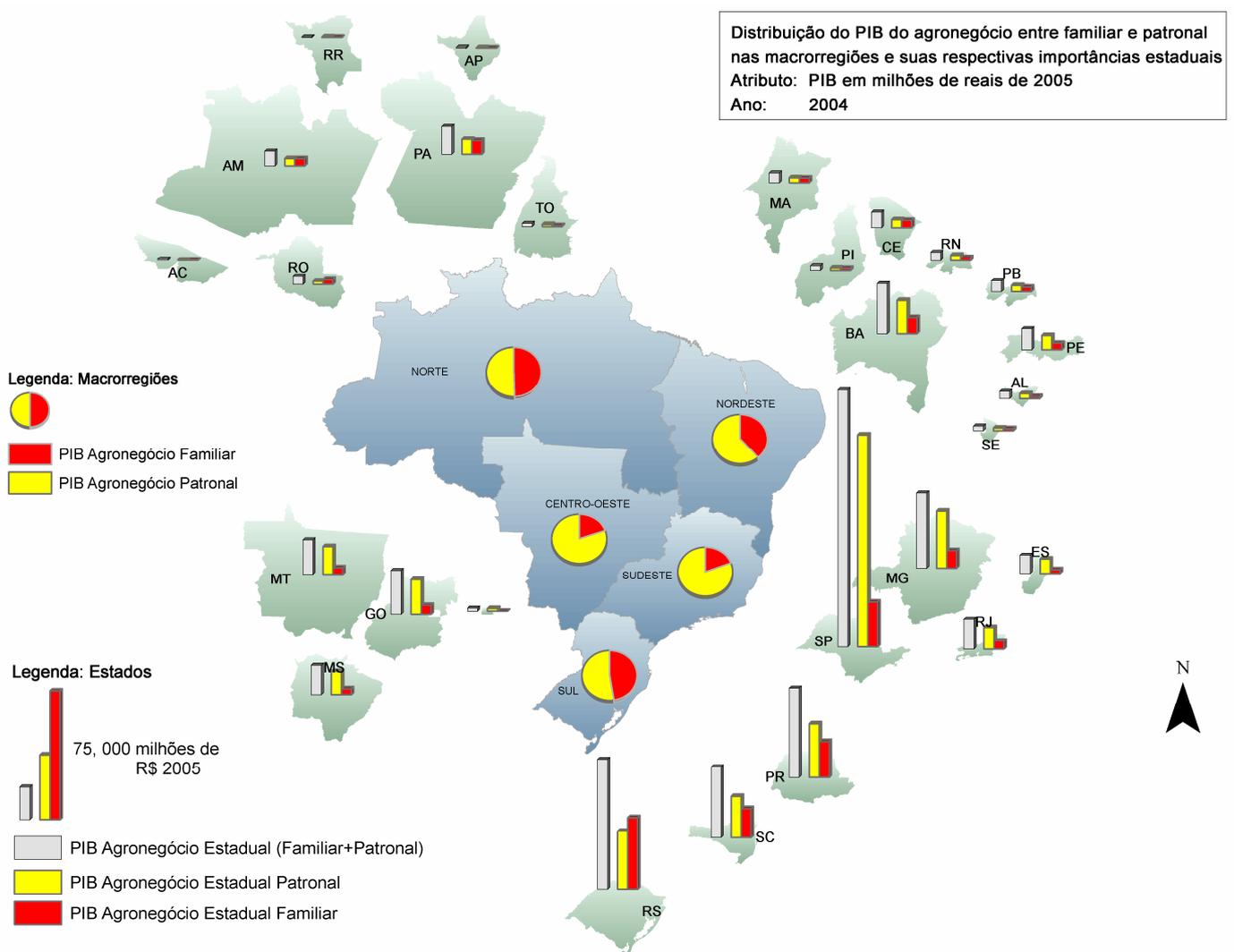


Figura 3. PIB total, patronal e familiar do agronegócio, e participação do agronegócio patronal e familiar segundo os estados da federação, 2004

Dentre as cinco regiões, o Sul e o Centro-Oeste têm grande porção de suas economias embasadas no setor rural, com a primeira se caracterizando por uma agricultura familiar bem dinâmica nos três estados, com destaque no Rio Grande do Sul, sendo que na segunda, há total predominância do segmento patronal.

As regiões Norte e Nordeste

A região Norte, onde agora se encontra a fronteira de expansão agrícola, tem grande participação do familiar, mas o montante do próprio agronegócio total é baixo se comparado com de outras regiões. As propriedades familiares do Norte e também do Nordeste são bem diferentes das do Sul, pois sua existência é derivada de uma agricultura atrasada e de subsistência, ainda mantida pela saturação e o desemprego nos centros urbanos.

As características do agronegócio na região Nordeste são muito diversificadas. Certamente, mais do que as outras partes do país, a região combina estruturas muito distintas nos diferentes estados. Há parcelas que têm se incorporado à dinâmica produtiva do cerrado brasileiro, como são os casos do oeste da Bahia, do sul do Maranhão e do Piauí, regiões em que a expansão da soja e do algodão nos últimos anos foi crescente, repetindo o modelo observado no Mato Grosso. Nessas áreas observa-se a presença de um empreendimento patronal com alta tecnologia e utilização de insumos modernos.

Existem parcelas da região que têm uma estrutura também patronal, mas muito distinta daquela observada nas áreas de cerrado. Nos grandes latifúndios da área da mata nordestina (a faixa úmida, de

terra roxa), predominam a cana de açúcar, o cacau e a pecuária leiteira. Nas áreas de sertão, observa-se uma combinação de agricultura familiar e patronal, com predominância da primeira, sendo elas, em geral, regiões pobres, cujos períodos secos têm grande impacto sobre a produção.

A importância do agronegócio é bastante distinta entre os estados. A Bahia, pelo tamanho e pela diversidade, apresenta boa variedade na produção, com destaque para a produção de frutas irrigadas no Vale do São Francisco (Juazeiro-Petrolina), mandioca, feijão e algodão. No caso da indústria, o destaque fica por conta da produção de álcool e papel e celulose, concentrada na região de Itabuna, no sul da Bahia (Bahia Sul Papel e Celulose, ligada ao grupo Suzano). No tocante à pecuária, merece destaque o rebanho bovino e a produção de leite.

Outros estados em que a fruticultura é importante são Pernambuco e Ceará. No caso do primeiro, outro destaque agrícola fica por conta da cana. No estado do Ceará, ainda chama atenção a cultura do feijão e as indústrias que merecem o maior destaque são a têxtil e a de vestuário. Na indústria, Pernambuco sobressai na produção de açúcar.

Algo que não foi possível determinar no PIB do agronegócio de forma específica (teve que ser agrupada em “outros setores pecuários”) diz respeito à caprinocultura e ovinocultura, extremamente importantes em algumas regiões nordestinas.

As regiões Sul e Sudeste

No contexto do agronegócio total (familiar e patronal) estadual o maior destaque fica com o estado de São Paulo com um PIB de cerca de 150 bilhões de reais (ver Anexo A - Tabela A.3) ligado principalmente com os agregados da indústria de processamento, distribuição e comercialização dos produtos agropecuários.

Apesar de todas as tentativas de desconcentração da produção e da economia brasileira nos últimos anos, o estado de São Paulo permanece como a grande locomotiva econômica do país, sendo que no agronegócio isto não é diferente, pois a economia paulista responde sozinha por mais de ¼ do produto interno bruto do setor, apesar da ligeira desconcentração observada entre 2002 e 2004 – sua participação passou de 28% para 26% do PIB setorial.

O estado possui uma agricultura vigorosa, destacando-se principalmente a cana, o café e a fruticultura (é o maior produtor nacional de laranja). Na indústria processadora da agricultura, o destaque fica por conta da produção de açúcar e álcool, na qual o estado é responsável por mais de 60% do total produzido no Brasil (na safra 2005/2006, as proporções de álcool e de açúcar de São Paulo foram, respectivamente, de 62% e 65% do total). Destaca-se também a produção de papel e celulose, cuja participação paulista foi de 41%, em 2004. Tais fatos justificam a grande participação do agronegócio de origem patronal (82%) na composição do agronegócio total do estado.

Também chamam atenção os estados do Rio Grande do Sul e Paraná (2º e 3º maiores PIBs do agronegócio – Anexo A, Tabela A.3), que individualmente são os dois maiores produtores de grãos do país. Apesar da expansão da fronteira agropecuária que ocorreu nos últimos anos, estes dois estados ainda têm mantido tal hegemonia. Ademais, nos últimos 10 anos, expandiu-se muito a cultura da cana-de-açúcar e a indústria sucroalcooleira no Paraná.

O Sul do Brasil é a região que mais sobressai na produção familiar. Em 2004, o PIB do agronegócio familiar nacional atingiu a cifra de R\$ 181 bilhões, dos quais cerca de 44%, ou R\$ 80 bilhões, estavam concentrados na região Sul e, destes, metade estava no Rio Grande do Sul, totalizando R\$ 40 bilhões (R\$ de 2005). O estado é líder em vários segmentos do agronegócio familiar, dentre os quais podem ser destacados a produção de fumo (60%), a indústria tabagista (87%), a produção de trigo (39%), soja (35%), arroz (23%) e a indústria de móveis (61%). No caso da soja, o estado líder na produção familiar é o Paraná, com uma participação de 38%, a qual, somada à do Rio Grande do Sul, atinge quase 80% da produção familiar desse grão. No que diz respeito à pecuária familiar, o Rio Grande do Sul tem o maior PIB individual na criação de suínos (66%) e uma indústria calçadista também muito forte, concentrando 78% da produção.

A região Sul possui peculiaridades que determinam o êxito de propriedades familiares rurais. Fatores inerentes à forma de colonização e a herança cultural de povos europeus capacitaram os produtores a desenvolverem formas de associativismo, permitindo que pequenas unidades produtoras

pudessem competir com propriedades maiores. Estas propriedades, praticamente, têm o mesmo potencial de absorção tecnológica das patronais, o que as torna produtivas. Como resultado disso, a valorização da terra evitou a competição predatória e os grandes investimentos migraram para áreas com abundância de terra, colonizadas mais recentemente como é o caso do Centro-Oeste.

O Centro-Oeste

Por sua vez, o PIB do agronegócio da região Centro-Oeste não condiz com o volume da produção de grãos e o tamanho do rebanho da região. Em 2004, a região era responsável por apenas 12% do PIB do agronegócio no país, ou seja, pouco mais de 50 bilhões de um total de 520 bilhões de reais para o Brasil. A explicação para isto está no fato de que a maior parte das indústrias, tanto a montante quanto a jusante, encontra-se localizada no Sul e Sudeste do país. Por outro lado, como parcela significativa da produção é destinada à exportação, esta acaba saindo in natura diretamente para o mercado externo. No caso da pecuária, apesar de o número de frigoríficos ter aumentado significativamente nos últimos anos, parcela significativa dos mesmos está localizada no estado de São Paulo.

Outra característica central do agronegócio da região Centro-Oeste é o seu caráter patronal, baseado na grande propriedade e na plantation voltada para a exportação. Estes estados utilizam insumos de ponta e tecnologia de última geração. A maior parte do PIB do setor concentra-se na produção de grãos, que é responsável por mais de 50% do PIB do Mato Grosso e de Goiás. Principalmente nesses dois estados, destaca-se também o algodão, cuja produção vem crescendo recentemente em razão dos avanços realizados pela EMBRAPA. Nos últimos anos tem crescido também a cultura da cana, que se expande na região em virtude da instalação de novas usinas de açúcar e álcool (Diniz, 2006). Vale ressaltar também a pecuária, ligada, na maior parte, à agricultura patronal. No caso do Mato Grosso do Sul, o PIB do agronegócio está concentrado na pecuária bovina, sendo ele o estado de maior rebanho do país. No caso de Goiás, sobressai sua bacia leiteira.

3.3 Os complexos agrícola e pecuário do agronegócio familiar nos estados

Dirigindo o foco apenas para o agronegócio familiar, pela metodologia citada no item 2 observa-se que o PIB do agronegócio é obtido da soma de seus quatro componentes calculados para os dois grandes complexos (agricultura e pecuária).

A Figura 4 apresenta a distribuição regional do PIB da produção do próprio setor agropecuário e da indústria de processamento, sendo que os outros dois componentes, relacionados com o fornecimento de insumos e com a distribuição (comércio, transportes e serviços) estão indiretamente associados.

Em relação à produção do setor agropecuário, o mapa ressalta a importância do Sul do país tanto nas lavouras quanto na pecuária.

A produção pecuária familiar destaca-se como importante fornecedora para a indústria de abate de aves e suínos. É uma região que tem importantes frigoríficos e indústrias alimentícias (Sadia, Perdigão, Seara) ligadas ao abate e processamento de embutidos (presunto, salame, mortadela, etc.). Apesar de estes grupos industriais terem expandido suas atividades, abrindo plantas industriais no Sudeste e Centro-Oeste, ainda apresentam parcela importante de sua produção concentrada no Sul do país.

O estado que mais se destaca nacionalmente é o Rio Grande do Sul. No que tange aos laticínios, Minas Gerais é o estado onde esse setor ligado ao segmento familiar tem maior expressão, sendo seguido por Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Bahia.

Embora tenha um PIB relativamente pequeno, a indústria de calçados e vestuário do Nordeste é consideravelmente articulada ao segmento familiar, dada a importância de sua pecuária, e apresenta essencial envergadura na economia.

No contexto agrícola, como já mencionado, a produção rural de grãos e sua indústria correspondente (processadora de óleos vegetais) são fortemente ligadas ao contexto familiar nos estados do Sul. Ainda destaca-se também a indústria tabagista, que tem o seu fornecimento de matéria-prima vindo quase que exclusivamente da produção familiar do Rio Grande do Sul.

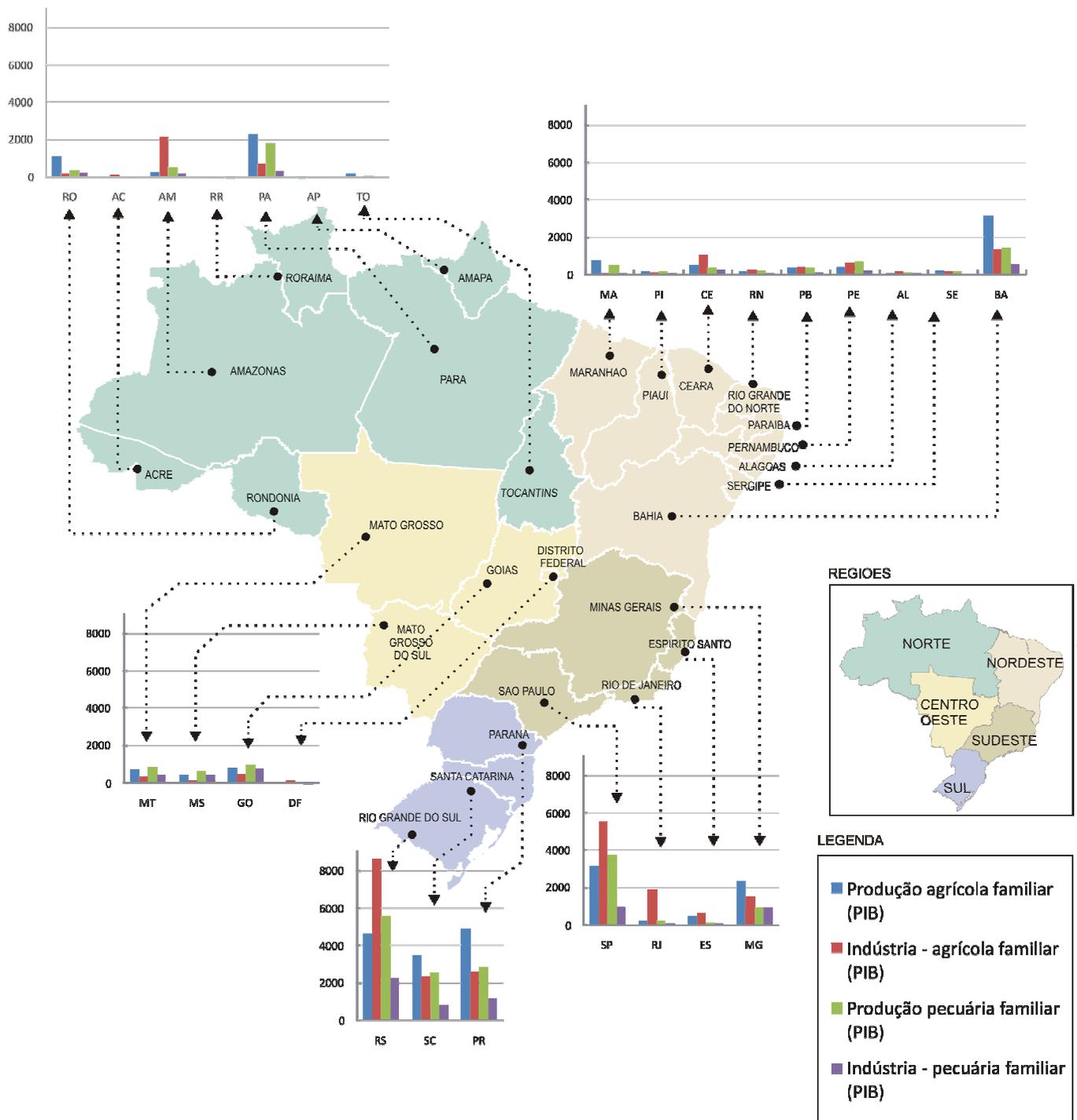


Figura 4. PIB dos componentes próprio setor indústria dos complexos agrícola e pecuário, segundo os estados da federação, 2004 (valores em R\$ de 2005)

Os estados do Norte possuem alguns produtos de destaque. No Pará, por exemplo, a principal atividade familiar é a fruticultura, seguida da produção de mandioca, arroz e feijão. É interessante apontar que a alta produção de arroz da região pode estar ligada ao processo de desmatamento. Isto ocorre pelo fato de, em geral, os grandes proprietários utilizarem-se da agricultura familiar para abrir a mata. Nos primeiros anos do desmatamento, é plantada uma “roça de toco”, geralmente com arroz. Nos anos seguintes, à medida que a área vai sendo limpa e esgota-se seu potencial produtivo para a agricultura, são formadas pastagens, e o agronegócio familiar cede lugar à pecuária bovina patronal. De fato, o Pará ainda se destaca pela pecuária bovina familiar.

No caso de Rondônia, de colonização um pouco mais antiga, o perfil do agronegócio familiar é um pouco distinto. Nos últimos anos, tem-se observado uma expansão da cultura do café, adaptada às regiões

de cerrado. A produção de frutas é também relevante, ficando as culturas de feijão, arroz e mandioca em um patamar um pouco inferior.

Os estados do Nordeste, que ostentam expressivas participações da agricultura familiar nos seus respectivos agronegócios totais, apresentam grandes níveis de desigualdade (PNUD, 2003). O Piauí é, de longe, o estado mais pobre da região e com o menor PIB em termos da agricultura familiar. Por outro lado, cabe destacar o estado do Maranhão, que possui uma eficiente produção agrícola, sobressaindo, em especial, na cultura de arroz. É um estado que se encontra numa situação intermediária entre o clima semi-árido do Nordeste e o clima tropical amazônico, sendo beneficiado por um período chuvoso adequado.

No Ceará, destaca-se o fato de que prevalece a pecuária como a parte mais importante do agronegócio familiar, chegando a ser 3 vezes maior do que o PIB das lavouras. Em Sergipe, a agricultura fortaleceu-se nos últimos anos, principalmente na região do Alto Sertão Sergipano, onde o número de assentamentos da reforma agrária cresceu muito desde meados dos anos 1990. As culturas que mais se destacam no estado são o feijão, a mandioca e a plantação de frutas. Na pecuária sergipana, o destaque fica por conta da criação de aves e da produção de leite, o que se coadunam com a participação do estado no setor de laticínios, que ali se baseia principalmente na produção de pequenas queijarias.

4. CONCLUSÕES

Concluindo, mesmo sob adversidades como insuficiência de terras e capital, dificuldades no financiamento, baixa disponibilidade tecnológica e fragilidade da assistência técnica, o peso da agricultura familiar na para a riqueza do País é representativo e não perdeu sua força nos últimos anos. Mas o processo de modernização da produção rural, muitas vezes, beneficia mais a produção patronal do que a familiar, além disso, a divergência, em termos de tamanho, capital e tecnologia, tornam as prioridades de cada produtor familiar diferentes. Os objetivos difusos da classe dificultam a sua organização para buscar de seus próprios interesses. Embora existam grupamentos locais, como associações e cooperativas que auxiliam o sistema familiar em algumas regiões, eles são totalmente inexistentes em outras.

Cabe, não apenas ao governo, mas a toda a sociedade melhorar o direcionamento de políticas, com ênfase no familiar. Esforços devem se concentrar na definição de regiões e especificação de produtos, cuja produção adere-se ao perfil familiar. Cultivos e criações, que dependem de mão-de-obra mais intensificada ou que estão presentes em áreas que impossibilitam o uso da mecanização, devem ser entendidos como alvos aos programas de auxílio à produção familiar.

Os resultados deste estudo apenas ajudam a entender a importância estratégica da agricultura familiar, destacando que, além de seu fundamental papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social do campo e das cidades, este setor deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do país.

5 REFERÊNCIAS

- DINIZ, B. P. C. O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 2006.
- FURTUOSO, M. C. O.; GUILHOTO, J. J. M. Estimativa e mensuração do Produto Interno Bruto do agronegócio da economia brasileira, 1994 a 2000. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, v. 41, n. 4, p. 803-827, 2003.
- GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimação da matriz insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais. *Economia Aplicada*, v. 9, n. 2, p. p. 279-299, abr./jun. 2005.
- GUILHOTO, J.J.M., S.M. ICHIHARA, C.R. AZZONI , F.G. Silveira (2006). “Comparação entre o Agronegócio Familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil”. *Teoria e Evidência Econômica*, Rio Grande do Sul, v. 14, p. 9-36.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Matriz insumo-produto: 1996. Disponível no Site: <http://www.ibge.gov.br> (18 jul. 2005)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema de contas nacionais – Brasil: 1996-2003. Disponível no Site: <http://www.ibge.gov.br> (02 ago. 2005)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA – Brasil: 1997-2004. Disponível no Site: <http://www.ibge.gov.br> (02 ago. 2005)
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica Brasília: INCRA/FAO, Fev, 2000. Disponível no Site: <http://www.incra.gov.br/fao/> (18 jul. 2005).
- LEONTIEF, W. Input-output economics. 1aed. New York: Oxford University Press, 1986.
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003. (disponível em www.pnud.org.br).
- SNA (1993). System of National Accounts. Rev. 4. Commission of the European Communities. Brussels.

Tabela A1. Agronegócio Familiar e a participação de seus componentes no PIB dos Estados Brasileiros em 2004
(Valores em R\$ de 2005)

Região	UFs	(1) PIB – todos os setores (milhões R\$)	(2) PIB do Agronegócio Familiar (milhões R\$)	% (2) / (1)	Componentes do complexo agrícola PIB (milhões R\$)				% no PIB Familiar	Componentes do complexo pecuário PIB (milhões R\$)				% no PIB Familiar
					Insumos	Próprio setor	Indústria	Distribuição e Serviços		Insumos	Próprio setor	Indústria	Distribuição e Serviços	
Norte	AC	3,475.66	479.38	13.8%	11.58	39.84	93.83	82.10	47.4%	17.89	43.89	50.34	139.91	52.6%
	AP	3,988.68	199.71	5.0%	1.33	5.61	12.64	47.09	33.4%	18.16	45.37	0.20	69.31	66.6%
	AM	38,476.98	4,342.99	11.3%	33.09	229.58	2,173.00	674.54	71.6%	135.68	483.77	199.61	413.73	28.4%
	PA	36,661.97	7,949.16	21.7%	257.40	2,309.17	539.87	790.01	49.0%	310.08	1,958.68	373.35	1,410.60	51.0%
	RO	10,447.25	2,779.32	26.6%	121.32	1,021.70	120.79	192.39	52.4%	71.23	363.13	220.61	668.15	47.6%
	RR	1,998.60	136.34	6.8%	6.83	28.41	11.63	18.74	48.1%	14.35	20.63	1.49	34.27	51.9%
	TO	5,111.81	568.94	11.1%	35.80	145.71	25.16	44.75	44.2%	40.41	101.02	49.08	127.02	55.8%
Nordeste	AL	12,389.70	1,296.05	10.5%	41.76	71.58	140.88	514.36	59.3%	58.14	122.26	92.53	254.54	40.7%
	BA	93,148.26	9,906.09	10.6%	380.97	3,189.60	1,304.04	1,419.87	63.5%	327.18	1,515.28	555.63	1,213.51	36.5%
	CE	35,659.53	4,371.71	12.3%	105.53	547.80	1,060.48	1,126.72	65.0%	104.13	379.07	265.75	782.22	35.0%
	MA	17,740.90	2,778.08	15.7%	176.05	910.02	105.93	340.04	55.1%	128.62	483.97	102.22	531.22	44.9%
	PB	15,935.03	2,744.40	17.2%	55.26	357.62	415.71	644.62	53.7%	92.87	435.30	143.93	599.09	46.3%
	PE	51,137.53	3,829.83	7.5%	72.12	512.43	503.98	787.79	49.0%	185.43	694.53	201.91	871.65	51.0%
	PI	9,232.50	1,270.95	13.8%	30.66	211.83	128.46	238.75	48.0%	46.98	192.63	74.93	346.71	52.0%
	SE	14,067.17	1,277.59	9.1%	61.96	254.30	154.02	337.93	63.3%	81.97	192.79	26.56	168.05	36.7%
Centro-Oeste	RN	17,053.32	1,850.30	10.9%	74.25	243.71	292.00	575.49	64.1%	86.58	231.96	66.97	279.34	35.9%
	DF	46,660.54	112.16	0.2%	4.56	8.12	19.89	20.13	47.0%	10.93	14.72	5.30	28.51	53.0%
	GO	44,296.36	5,360.42	12.1%	217.70	841.29	402.69	390.08	34.5%	512.22	954.30	783.56	1,258.57	65.5%
	MT	29,950.29	3,951.67	13.2%	116.40	763.72	226.96	239.08	34.1%	280.36	887.48	448.83	988.83	65.9%
Sudeste	MS	21,392.64	3,465.73	16.2%	86.93	486.66	165.80	225.55	27.8%	188.89	672.87	467.24	1,171.79	72.2%
	ES	36,975.28	2,265.30	6.1%	62.62	415.17	556.88	742.47	78.5%	49.11	119.65	101.44	217.96	21.5%
	MG	178,601.04	10,317.49	5.8%	545.93	2,395.09	1,473.07	1,524.64	57.6%	518.26	903.10	980.33	1,977.07	42.4%
	RJ	238,615.47	4,798.67	2.0%	52.91	234.34	1,903.32	1,739.47	81.9%	125.89	277.53	92.07	373.15	18.1%
Sul	SP	586,029.78	26,277.12	4.5%	716.07	3,240.78	5,859.85	8,417.04	69.4%	805.92	3,060.81	955.62	3,221.02	30.6%
	PR	116,538.60	20,947.57	18.0%	1,012.25	5,625.84	2,661.31	3,775.87	62.4%	627.03	2,806.27	1,160.55	3,278.45	37.6%
	SC	75,271.53	16,987.27	22.6%	616.87	4,390.19	2,659.59	3,443.09	65.4%	873.01	2,430.90	846.99	1,726.62	34.6%
	RS	153,178.75	41,626.18	27.2%	786.36	8,055.43	9,483.69	9,936.16	67.9%	970.24	6,090.90	2,225.13	4,078.27	32.1%
Brasil	BRA	1,894,035	181,890	9.6%	5,685	36,536	32,495	38,289	62.1%	6,682	25,483	10,492	26,230	37.9%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela A2. Agronegócio Patronal e a participação de seus componentes no PIB dos Estados Brasileiros em 2004
(Valores em R\$ de 2005)

Região	UFs	(1) PIB – todos os setores (milhões R\$)	(2) PIB do Agronegócio Patronal (milhões R\$)	% (2) / (1)	Componentes do complexo agrícola PIB (milhões R\$)				% no PIB Patronal	Componentes do complexo pecuário PIB (milhões R\$)				% no PIB Patronal
					Insumos	Próprio setor	Indústria	Distribuição e Serviços		Insumos	Próprio setor	Indústria	Distribuição e Serviços	
Norte	AC	3,475.66	394.70	11.4%	3.29	10.79	52.89	43.05	27.9%	24.10	50.45	47.31	162.83	72.1%
	AP	3,988.68	413.47	10.4%	1.54	2.99	28.52	127.29	38.8%	27.41	97.67	0.32	127.74	61.2%
	AM	38,476.98	4,256.52	11.1%	15.72	106.88	2,336.96	547.05	70.6%	141.21	625.02	96.10	387.57	29.4%
	PA	36,661.97	8,523.10	23.2%	195.82	1,250.89	1,595.94	872.80	45.9%	464.27	2,183.78	318.20	1,641.40	54.1%
	RO	10,447.25	1,757.79	16.8%	53.71	277.42	228.48	161.54	41.0%	42.11	299.75	160.88	533.90	59.0%
	RR	1,998.60	253.33	12.7%	8.78	53.28	18.49	26.64	42.3%	26.36	43.44	3.40	72.95	57.7%
	TO	5,111.81	1,284.29	25.1%	85.39	401.63	75.06	157.35	56.0%	81.39	194.37	62.80	226.31	44.0%
Nordeste	AL	12,389.70	2,962.84	23.9%	207.52	451.09	956.83	588.93	74.4%	83.68	188.56	96.96	389.27	25.6%
	BA	93,148.26	19,782.51	21.2%	862.94	6,762.40	4,357.73	3,986.68	80.7%	351.25	1,646.87	468.43	1,346.20	19.3%
	CE	35,659.53	4,703.33	13.2%	58.16	387.10	1,526.57	1,046.66	64.2%	101.73	316.17	552.51	714.41	35.8%
	MA	17,740.90	2,972.97	16.8%	134.37	707.98	183.79	463.40	50.1%	126.01	653.81	67.12	636.47	49.9%
	PB	15,935.03	3,636.57	22.8%	68.59	427.93	1,071.13	872.11	67.1%	83.98	335.18	286.49	491.17	32.9%
	PE	51,137.53	8,215.10	16.1%	162.97	1,615.44	1,921.66	1,678.22	65.5%	289.39	1,227.38	163.47	1,156.57	34.5%
	PI	9,232.50	1,419.39	15.4%	27.13	250.26	233.86	425.51	66.0%	29.46	183.17	22.44	247.55	34.0%
	SE	14,067.17	1,595.60	11.3%	41.90	196.06	506.49	395.58	71.4%	89.12	161.48	21.05	183.93	28.6%
Centro-Oeste	RN	17,053.32	3,139.49	18.4%	80.49	312.68	971.96	969.22	74.4%	115.93	290.33	59.78	339.11	25.6%
	DF	46,660.54	1,676.55	3.6%	69.79	112.99	449.92	389.45	61.0%	130.87	195.01	46.69	281.83	39.0%
	GO	44,296.36	20,348.54	45.9%	1,642.23	4,808.20	3,605.72	3,729.27	67.7%	1,287.92	1,842.70	1,059.80	2,372.68	32.3%
	MT	29,950.29	16,154.67	53.9%	1,113.90	4,807.00	2,423.56	1,934.60	63.6%	1,108.62	2,006.20	762.44	1,998.35	36.4%
Sudeste	MS	21,392.64	13,339.80	62.4%	653.92	2,924.21	1,544.44	1,369.66	48.7%	544.66	1,892.18	1,389.85	3,020.89	51.3%
	ES	36,975.28	8,477.96	22.9%	157.92	993.25	3,261.73	3,178.12	89.5%	103.23	216.07	143.12	424.51	10.5%
	MG	178,601.04	33,605.39	18.8%	1,889.08	8,004.38	6,517.69	7,385.66	70.8%	1,400.16	2,402.20	1,500.93	4,505.29	29.2%
	RJ	238,615.47	12,740.52	5.3%	85.14	339.88	6,021.00	4,773.45	88.1%	228.19	445.54	139.09	708.24	11.9%
Sul	SP	586,029.78	123,697.34	21.1%	2,918.30	17,478.73	42,754.39	35,021.94	79.4%	2,929.56	9,707.74	2,960.53	9,926.16	20.6%
	PR	116,538.60	31,289.31	26.8%	1,252.78	7,124.42	9,221.44	6,984.35	78.6%	561.71	2,167.49	760.18	3,216.93	21.4%
	SC	75,271.53	24,007.89	31.9%	353.39	2,801.07	13,575.31	4,835.25	89.8%	369.14	915.16	318.90	839.67	10.2%
	RS	153,178.75	33,772.18	22.0%	750.48	6,765.15	7,157.07	6,427.92	62.5%	701.74	3,786.76	3,416.70	4,766.36	37.5%
Brasil	BRA	1,894,035	384,421	20.3%	12,895	69,374	112,599	88,392	73.7%	11,443	34,074	14,925	40,718	26.3%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela A2. Agronegócio Total e a participação de seus componentes no PIB dos Estados Brasileiros em 2004
(Valores em R\$ de 2005)

Região	UFs	(1) PIB – todos os setores (milhões R\$)	(2) PIB do Agronegócio Total (milhões R\$)	% (2) / (1)	Componentes do complexo agrícola PIB (milhões R\$)				% no PIB Total	Componentes do complexo pecuário PIB (milhões R\$)				% no PIB Total
					Insumos	Próprio setor	Indústria	Distribuição e Serviços		Insumos	Próprio setor	Indústria	Distribuição e Serviços	
Norte	AC	3,475.66	874.08	25.1%	14.87	50.63	146.72	125.15	38.6%	41.99	94.34	97.65	302.74	61.4%
	AP	3,988.68	613.18	15.4%	2.86	8.60	41.16	174.38	37.0%	45.57	143.04	0.52	197.04	63.0%
	AM	38,476.98	8,599.51	22.3%	48.82	336.46	4,509.96	1,221.58	71.1%	276.89	1,108.79	295.71	801.30	28.9%
	PA	36,661.97	16,472.26	44.9%	453.22	3,560.06	2,135.81	1,662.81	47.4%	774.35	4,142.45	691.54	3,052.00	52.6%
	RO	10,447.25	4,537.11	43.4%	175.02	1,299.12	349.27	353.93	48.0%	113.35	662.88	381.49	1,202.05	52.0%
	RR	1,998.60	389.67	19.5%	15.61	81.68	30.12	45.38	44.3%	40.71	64.06	4.89	107.22	55.7%
	TO	5,111.81	1,853.23	36.3%	121.19	547.34	100.22	202.09	52.4%	121.80	295.39	111.88	353.33	47.6%
Nordeste	AL	12,389.70	4,258.89	34.4%	249.28	522.68	1,097.71	1,103.28	69.8%	141.82	310.82	189.49	643.81	30.2%
	BA	93,148.26	29,688.60	31.9%	1,243.91	9,952.00	5,661.77	5,406.55	75.0%	678.43	3,162.15	1,024.06	2,559.72	25.0%
	CE	35,659.53	9,075.03	25.4%	163.69	934.91	2,587.05	2,173.38	64.6%	205.87	695.24	818.26	1,496.63	35.4%
	MA	17,740.90	5,751.05	32.4%	310.42	1,618.00	289.73	803.45	52.5%	254.63	1,137.78	169.35	1,167.69	47.5%
	PB	15,935.03	6,380.97	40.0%	123.84	785.55	1,486.84	1,516.74	61.3%	176.84	770.48	430.42	1,090.26	38.7%
	PE	51,137.53	12,044.92	23.6%	235.10	2,127.87	2,425.64	2,466.00	60.2%	474.82	1,921.91	365.38	2,028.22	39.8%
	PI	9,232.50	2,690.34	29.1%	57.79	462.10	362.32	664.26	57.5%	76.45	375.79	97.37	594.26	42.5%
	SE	14,067.17	2,873.19	20.4%	103.86	450.36	660.50	733.52	67.8%	171.09	354.27	47.61	351.98	32.2%
RN	17,053.32	4,989.80	29.3%	154.74	556.39	1,263.97	1,544.71	70.5%	202.51	522.29	126.75	618.45	29.5%	
Centro-Oeste	DF	46,660.54	1,788.71	3.8%	74.34	121.10	469.81	409.58	60.1%	141.80	209.73	51.99	310.34	39.9%
	GO	44,296.36	25,708.95	58.0%	1,859.93	5,649.49	4,008.42	4,119.36	60.8%	1,800.14	2,797.00	1,843.37	3,631.25	39.2%
	MT	29,950.29	20,106.34	67.1%	1,230.30	5,570.73	2,650.53	2,173.68	57.8%	1,388.98	2,893.68	1,211.27	2,987.17	42.2%
	MS	21,392.64	16,805.53	78.6%	740.84	3,410.88	1,710.24	1,595.21	44.4%	733.55	2,565.04	1,857.09	4,192.68	55.6%
Sudeste	ES	36,975.28	10,743.25	29.1%	220.54	1,408.42	3,818.60	3,920.59	87.2%	152.34	335.72	244.56	642.48	12.8%
	MG	178,601.04	43,922.88	24.6%	2,435.01	10,399.47	7,990.76	8,910.30	67.7%	1,918.43	3,305.30	2,481.26	6,482.36	32.3%
	RJ	238,615.47	17,539.20	7.4%	138.06	574.21	7,924.31	6,512.92	86.4%	354.08	723.07	231.16	1,081.39	13.6%
	SP	586,029.78	149,974.46	25.6%	3,634.37	20,719.51	48,614.24	43,438.98	77.6%	3,735.48	12,768.55	3,916.15	13,147.18	22.4%
Sul	PR	116,538.60	52,236.88	44.8%	2,265.04	12,750.26	11,882.75	10,760.22	72.1%	1,188.74	4,973.76	1,920.73	6,495.38	27.9%
	SC	75,271.53	40,995.16	54.5%	970.26	7,191.26	16,234.90	8,278.33	79.7%	1,242.15	3,346.07	1,165.89	2,566.29	20.3%
	RS	153,178.75	75,398.35	49.2%	1,536.84	14,820.58	16,640.76	16,364.08	65.5%	1,671.98	9,877.66	5,641.82	8,844.63	34.5%
Brasil	BRA	1,894,035	566,312	29.9%	18,580	105,910	145,094	126,680	70.0%	18,125	59,557	25,418	66,948	30.0%

Fonte: Dados da Pesquisa.